TL 2675

Sociedade de Geografia de Lisboa

Annaes de Timor

Começados no ano de 1861
sendo governador Afonso de Castro
Precedidos de um resumo historico
desde os primeiros tempos do
dominio até os nossos dias

Separata do boletim da S. G. L.
52.ª serie — n.os 5 e 6

1936
SOCIEDADE ASTÓRIA, L.TD.
ARTES GRÁFICAS
REGUEIRÃO DOS ANJOS, 68-LISBOA

Annaes de Timor

Começados no anno de 1861 sendo Governador Affonso de Castro

Precedidos de um resumo historico desde os primeiros tempos do dominio até os nossos dias.

Segundo uma disposição do Ministro da Marinha e Ultramar Visconde de Sá da Bandeira todas as camaras municipaes do Ultramar devem fazer no fim do anno os annaes do municipio. Annunciar esta medida é mostrar a sua alta conveniencia, pois não carece de demonstração.

Os annaes municipais terão no futuro uma imensa importancia e o historiador que quizer occupar-se em escrever a historia das nossas colonias não terá que gastar a sua inteligencia em consultar monumentos que muitas vezes deixam duvidas, e que adoptar as tradições que nem sempre são verdadeiras, não terá que reunir documentos obscuros para d'elles fazer sahir a luz da verdade, o que muitas vezes é impossivel, e não terá que valer-se de conjecturas para sobre ellas fundar um systema. Em presença dos annaes municipaes o historiador não tem senão a mudar-lhe a forma, a dar-lhe o colorido historico e a estabelecer a theoria que se deduz dos factos, por que nos annaes encontrará feita a historia do municipio e na reunião de todos elles está a historia da Colonia.

Mas se os annaes municipais são de uma grande importancia em todas as Possessões, n'aquellas que estão privadas dos beneficios da imprensa muito mais importancia devem ter.

Se desde o nosso estabellecimento em Timor se se tivesse feito semelhante trabalho nós conheceriamos logo completamente a historia desta Possessão. Mas infelizmente os missionarios que tão chronistas foram em outras partes, em Timor nada fizeram e a historia do nosso estabelecimento aqui não existe. Os archivos de

---

N. da R. — A ortografia é a mesma do original.

Timor bem pouca luz derramam sobre o assumpto, porque infelizmente um incendio em 1796 devorou o que existia, e desta epocha até 1811 a negligencia deixou-nos em completa escuridão sôbre os successos desses anos, de sorte que só desde 1811 podem saber-se com alguma exactidão os acontecimentos que tiveram logar neste malfadado paiz.

Inda assim os archivos de Gôa esclarecem-nos um pouco sobre os principaes successos de Timor, e poderemos valer-nos do que aqueles archivos nos fornecem para fazer um rezumo que sem ser a historia da Possessão poderá servir contudo como de introdução aos annaes que devem fazer-se.

Ainda que este trabalho pertença as camaras municipaes que não existem em Timor, contudo havendo em Dilly uma Comissão Municipal entendi dever reunil-a e com ella dar começo a este importante trabalho.

Mas para que ele tenha alguma valia no futuro convem alargal-o um pouco, não nos limitando só aos acontecimentos de Dilly, mas sim narrando tudo o que sucede de notavel na Possessão, e se este systema for seguido pelos meus sucessores e pelas Camaras ou Comissões municipaes que vierem depois d'esta nos annaes assim compostos se encontrará a historia da Possessão.

Ora vindo portanto os annaes a ser a historia de Timor, parece-me conveniente fazel-os preceder de um breve resumo historico o qual começando nos primeiros tempos do nosso estabelecimento aqui alcance até aos nossos dias ligando por este modo os annaes de 1861 aos tempos antigos.

Mui limitado será o resumo por quanto não tinhamos os necessários materiaes para fazer um trabalho de outra ordem, mas limitado como é, dará noticia dos principaes successos e nos porá ao facto do que tem sido o nosso dominio em Timor.

RESUMO HISTORICO

Foi no anno 1561 que os religiosos dominicanos se estabelleceram em Sollár, passando d'alli a Timor onde encontraram um povo mui docil e mui disposto a receber os principios da nossa

Santa Religião, e com tanto ardor e tão santo zelo trabalharam aquelles religiozos que no anno 1640 vimos já em Timor vinte e duas Igrejas e uma missão servida por dez missionarios, os quaes nos primeiros annos do estabellecimento não só dirigiam o espiritual, mas até o temporal, e parece que houve alguns Governadores nomeados pelo Supperior dos dominicanos, a que logo poz termo o Vice Rei da India nomeando para o novo estabellecimento um Governador que se intitulava Capitam geral.

Não seguiremos os differentes governadores na sua administração, que nos levaria isso muito longe e nem nós encontramos successos de tal modo notaveis até o anno de 1719 que nos mereçam occupar-nos detidamente d'elles.

Neste anno, sim, graves acontecimentos se succederam, que iam pondo em perigo o nosso dominio nesta Ilha e parece-me util entrar em alguns detalhes a este Respeito.

No anno de 1719 ligaram-se quasi todos os reis da Ilha para extinguir os Chistãos e acabar com o dominio portuguez. Reunidos os Reis os seus delegados mataram um cachorro branco e preto a que se chama — levó — e ferindo-se depois todos os conjurados no peito esquerdo misturaram o seu sangue com o do cachorro, mergulharam nelle uma espada, que se diz existe ainda na caza de Camenace, e beberam aquella mistura de sangue, jurando coadjuvar-se para extinguir os brancos. Sacrificaram por esta occasião alguns christãos, mataram bufalos para banquetear-se, consultaram as entranhas de frangos, e fizeram varias outras cerimonias qual d'ellas mais extravagante e hedionda.

Parece porem que as entranhas dos frangos não prognosticaram bom resultado, pois vemol-o adiar para mais tarde a execução de seus diabolicos planos.

No tempo do Governador Antonio de Albuquerque ratificaram muitos reis o pacto de 1719, e romperam logo as hostelidades atacando um nosso arraial e pondo em debandada aquella força. Mataram depois os dois padres Manuel Rodrigues, e Manuel Vieira, queimaram Igrejas, ultrajaram os vazos sagrados, e fizeram muitas outras barbaridades.

A revolta tomava corpo, ganhava os reinos ainda os mais obedientes até então, e o nosso dominio teria talvez cessado nestas paragens se não fôra aportar felizmente a Quarantunha o novo Governador Antonio Luis Macedo, o qual soube captar varios reinos, e com as forças destes bateu completamente os rebeldes, que não quizeram utilizar-se do perdão que elle promettera aos que nas suas mãos viessem prestar vassalagem.

Até ao ano 1731 as coisas correram favoravelmente para os portuguezes mas neste anno mudaram os negocios de aspecto e nunca o nosso dominio esteve em tão grande perigo.

O germen da revolta não se extinguira completamente e na epocha acima citada apresentou seus terriveis efeitos.

A rebelião manifestou-se primeiramente em poucos reinos, mas bem depressa o incendio se tornou geral. O plano dos revoltosos era accabar com o dominio portuguez e estabellecer os trez imperios de Senobay, Camenaça e Vayale não reconhecendo outros Senhores senão os chefes destas cazas.

Os nossos Presidios da costa, que em todas as revoltas haviam afrontado o inimigo nos quaes nunca os rebeldes haviam posto o pé, desta vez cahiram em poder dos revoltoses, assenhoreando-se de todos os pontos excepto do de Lifáo e Manatuto, que o Governador, que então ali se achava, pôde defender contra quinze mil homens. Havia oitenta e cinco dias que durava o assedio e vendo o Governador, que era infalivel o capitular, resolveu-se a partir para Lifáo para não assistir a semelhante acto.

De todo o nosso vasto dominio na Ilha de Timor não nos restava então mais que o pequeno espaço em que estava assente a capital do estabellecimento, e aquelle mesmo ponto não se achava em estado de sustentar o apertado assedio que os revoltosos lhe haviam posto. As forças que guarneciam Lifáo eram poucas e de má qualidade, pois não havia nem uma companhia de tropa regular, e grandes eram as privações que os sitiados estavam sofrendo, por quanto havia muitos dias que o seu sustento se limitava a raizes, folhas d'arvores, e ossos moidos de cavalos.

N'estas apertadas circunstancias tinha-se resolvido embarcar

todas as bagagens, toda a artelharia, largar logo a Praça, abandonando-a aos inimigos e assentar a capital do nosso estabellecimento em qualquer outro ponto mais desafrontado. Felizmente um novo Governador Pedro de Rego Barreto da Gama chegou a Lifáo nesta occasião e fornecendo a Praça de algum mantimento que trazia da viagem partio para Manatuto, como ponto mais próximo de Dilly, onde residiam os cabeças principais da sublevação, afim de entabolar negociações para estabelecer a paz.

Com efeito pôde chegar a Manatuto antes da capitulação deste Prezidio, e animando com a sua presenza os deffensores, e desembarcando algum mantimento poz a guarnição em estado de resistir ao esforço dos sublevados. Immediatamente mandou o Governador o P.e Fr. Manuel de Pilar, religiozo mui venerado de todos os povos pelas suas virtudes, a Dilly, para ahi tractar com Francisco Fernandes Varela capitão-mór e Tenente Superior de Servião que se achava á frente dos amotinados.

Demorava-se a negociação e impaciente o Governador de tantas dilações, partiu para Lifáo onde a sua presença não era menos necessaria do que em Manatuto. Chegando as alturas de Batugadé e vendo o abandono em que os sublevados tinham o Prezidio, resolveu-se a praticar um acto temerario, tendo para si que em certas circunstancias a temeridade é a extrema prudencia, e desembarcando, mandou ordem a D. Lourenço da Costa, cabo do arraial revoltozo que se achava n'aquellas paragens para que viesse immediatamente entregar-lhe o Prezidio e prestar vassalagem, pois que elle novamente nomeado Governador alli estava para tomar entrega do Prezidio em nome de S. M. El-Rei, e reparar as injustiças que tivessem dado logar ao levantamento.

Desceu logo o Cabo do arraial com toda a sua gente, pedio que fosse lida a Patente e lida ella lhe entregou o Prezidio, e prestou vassalagem, o que imitado por muitos reis, a revolta ficou desanimada, podendo o Governador aniquilal-a passado tempo, já pelas armas, já por negociações de paz, já semeando a desordem entre os rebeldes.

Em 19 de Setembro do mesmo anno 1731 achava-se desafron-

tado o nosso dominio, que esteve em gravissimo risco, como acabamos de ver.

A revolta porem não estava de todo extincta n'aquella epocha, pois Varela continuava na rebeldia auxiliado pelo reino de Vernasse, e só em 16 de março de 1732 é que a paz se concluio deffinitivamente, depondo as armas todos os Revoltosos.

Não nos deteremos narrando as uzurpações dos Holandezes nesta epocha, nem as revoltas que elles promoveram, que de todos é sabido que os Holandezes, apertados em Conpang, por intrigas e desordens que promoveram nos vizinhos reinos, por tratados simulados entre a companhia e os reis Timores, se assenhorearam de quasi metade da Ilha de Timor.

Passando pois em silencio estes desgraçados sucessos, as frequentes revoltas de nenhuma consequencia da parte de alguns reinos, a propinação de veneno no anno 1766 ao Governador Dionisio Gonsalves Rebello por Francisco Hornay, Antonio da Costa, Quintino da Conceição e Lourenço de Mello, o apertado assedio que Francisco Hornay poz a Lifáo, o estado deploravel em que se achava o partido real, a perseguição dos missionarios, os desacatos commetidos nas Igrejas pelos revoltosos, a falta de concerto e energia de um governo interino dirigido por um Frade, passando em silencio todos estes factos deter-nos-hemos com o abandono da capital da Possessão, succedido no anno 1769.

Nomeado para Governador e Capitam Geral de Timor e Solôr Antonio José Telles de Menezes, chegou este a Timor no correr do anno de 1769 e encontrou a Possessão num estado desgraçado.

A praça de Lifáo soffria ainda um apertado assedio e interrompidas as communicações com o Resto da Ilha, era de recear que a fome redusisse os seus habitantes a capitular perante as hordes selvagens de Francisco Hornay.

Pensar em emprehender uma campanha contra os revoltosos era impossivel, pois não havia na Praça mais que mil e duzentas pessoas, incluindo homens validos, mulheres, crianças e velhos. A tropa de que o Governador dispunha era irregular e soccorros de alguns reinos que se conservavam fieis, não podiam vir, por que

Lifáo se achava estreitamente sitiada, restando só a communicação por mar.

Nestas circunstancias resolveu o Governador abandonar a Capital, e com effeito approveitando dois navios que tinham vindo de Macau e alguns pequenos barcos da Praça embarcou toda a artilheria, bagagens, petrechos de guerra e quanta gente havia em Lifáo e em 11 de Agosto de 1769, pondo fogo á povoação, fez-se de véla e tendo tocado em Batugadé que reforçou de gente e artilheria veio dar fundo em Dilly no dia 10 de Outubro de 1769.

A mudança, que não podemos deixar de considerar um acontecimento desgraçado pelos motivos que a determinaram, foi contudo vantajoza para o futuro desta colonia, pois é Dilly o unico porto seguro da Ilha de Timor, para grandes embarcações que sem perigo podem entrar a barra. Todas as mais, Lifáo, Okussi, Batugadé, Manatuto, Laga e o mesmo Cupang são portos de levante, e no de Atapupo, que é muito seguro, não podem entrar senão pequenos navios.

Depois do abandono de Lifáo até Março de 1861 o nosso dominio jamais esteve em perigo iminente de perder-se. Tem havido muitas sublevações, quasi todos os Governadores teem sustentado guerras, por varias vezes os arraiaes da Praça foram derrotados, mas as sublevações não tem sido geraes. Nenhuma tem tomado o caracter medonho e assustador da de 1731 e 1769, e ainda que no tempo do Governador José Maria Marques uma revolta rebentasse nos arrabaldes da Praça e ainda que no tempo do Governador Luis Augusto de Almeida e Macedo os revoltozos viessem até quasi ás trincheiras de Dilly, o nosso dominio não esteve em risco, pois a maior parte dos reinos da Ilha se conservavam em obediencia, e em quanto ás beiras de Dilly se trocavam alguns tiros, marchavam forças respeitaveis dos reinos para bater os revoltosos.

O anno de 1861 é de certo um dos mais notaveis para Timor pelos extraordinarios sucessos que neste anno tiveram logar e que em singella linguagem vão ser narrados.

Acabavam de submeter-se algumas povoações desobedientes a leste da Ilha n'uma campanha rapida e vigoroza quando o estado de saude em que o Governador Affonso de Castro se achava reclamou a sua prompta sahida deste paiz recahindo o Governo interino por ordem de Sua Magestade na pessoa do Major do Exercito de Portugal Duarte Leão Cabreira.

Começou o anno de 1861 achando-se pois á testa do Governo aquelle official, que empenhado em continuar as obras começadas fazia progredir os trabalhos na Residencia do Governo em Laane começada em Janeiro de 1860, e na cadêa, edificio de pedra e cal começado na sua epocha, quando nos principios de Janeiro começou a fugir a gente dos reinos que trabalhava nas obras, sendo o exemplo seguido por grande numero de auxiliares. Este facto não deixou de causar certa estranhesa, que logo se converteu em suspeitas de que alguma trama se urdia, quando noticias vagas anunciaram que Lacló se fortificava e que Ulmera pertendia revoltar-se.

Nenhum credito se deu a taes noticias nos primeiros momentos, mas á força de serem repetidas mereceram algum peso principalmente as relativas a Ulméra, cujo chefe se tinha recusado a vir á Praça onde fôra chamado. Para se tirar de duvidas mandou no dia 25 do mesmo mez o Encarregado do Governo o Alferes Ajudante da Praça Francisco Fernandes com quatro Fondus a Ulméra chamar o Tenente Coronel Bermeta dando ordem ao mesmo Alferes para elle ficar ali como refem caso o Tenente Coronel receasse vir a Praça. Partio aquelle Official, e dirigindo-se á Fatupró observou que se haviam levantado algumas trincheiras e perguntando pelo Tenente Coronel lhe foi Respondido que elle não estava em casa. O Alferes Francisco passou a noite na povoação e no outro dia partio p.ª a Praça dando parte do acontecido.

Ainda que a revolta não estivesse declarada, era certo que Ulméra estava desobediente, e que mais dia menos dia se revoltaria; porem o Encarregado do Governo não quiz tomar sobre si a responsabilidade de uma guerra e como Ulméra não tinha rompido hostilidades contra a Praça o encarregado do Governo não procedeu, espe-

rando a chegada do Governador, que não podia demorar-se, para elle resolver o que julgasse conveniente.

Neste estado de desaçocego se passou o tempo até 5 de Março, epocha em que constou que Lacló estava revoltado. Não o quiz acreditar o Encarregado do Governo e para tomar conhecimento do que ali se passava resolveu ir a Lacló, o que sabido pelo Alferes Francisco Borges Caiado se dirigiu este ao Encarregado do Governo representando-lhe a inconveniencia e os perigos para a Praça de um tal passo, offerecendo-se elle para ir ali.

Com effeito no dia 7 partio da Praça o Alferes Francisco Borges Caiado, e dirigio-se a Lacló onde encontrou o povo agitado, e armado e a povoação fortificada. Mandou chamar o Tenente Coronel para saber o que queria dizer aquillo, mas este não appareceu e o Regente com quem o Alferes falou disse-lhe que ele de nada sabia e que o alvoroço em que estava o povo era promovido pelo Tenente Coronel. Com grande risco pernoitou o Alferes Caiado em Lacló tendo toda a noite a casa cercada de povo armado, e vendo que nada fazia e que a sua vida corria perigo entre aquelle povo, no outro dia pela manhã montou a cavallo e retirou, sendo ameaçado no alto do Libano por um magote de povo que ali se achava.

Na Praça as noticias dadas pelos Alferes Caiado produziram uma grande agitação e desde logo se começaram a adoptar providencias em harmonia com o estado das coisas.

A revolta de Lacló era certa, mas não tinha ainda aquelle reino praticado acto algum de hostilidade, tendo até deixado atravessar o reino a Officiaes que recolhiam de serviços na provincia e ao Commandante de Manatuto que viera da Praça com licença, porem no dia 21 do dito mez um acto de crueldade, e de que há poucos exemplares em Timor, tornou patente o que estava encoberto.

Um antigo Sargento de Veteranos por nome Manoel Joaquim d'Oliveira, tinha sahido da Praça com dinheiro e fazendas para negocios na provincia e chegado ao Libano foi assaltado por um magote de povo armado que começou por tirar ao pobre velho a fazenda que levava, mas receando elle que o matassem rogou áquelles barbaros que o deixassem que elle lhes dava ouro que

tinha n'um cinto e que com effeito lhes deu. Passado algum tempo os homens que tinham ido receber ordens do Tenente Coronel de Lacló, voltaram dizendo que podiam matar o velho, e logo em seguida lhe dispararam um tiro e lhe cortaram a cabeça que lavaram para Lacló.

Quando esta noticia chegou á Praça, grande foi a sensação que produzio e como em presença de um tal facto não havia que duvidar nem que appelar para meios brandos, expedio o Encarregado do Governo ordens aos Reinos de leste para formarem arraial em Manatuto, prohibio a venda de polvora e armas, declarou a Praça em estado de sitio, chamou ás armas as companhias de moradores, mandou fabricar cartuxos e ballas, e levantar trincheiras nas visinhanças da Praça e dadas estas providencias esperou a chegada do Governador que devia verificar-se em poucos dias.

Neste intervallo entrou no porto um Kroesbat de Conpang, a bordo do qual vinha o comandante de Atapupo encarregado pelo Residente de Conpang de pedir ao Governo Portugueez o reino de Maubara, segundo o artigo 5.º do Tractado de limites feito com a Finlandia, e que julgamos conveniente aqui transcrevermos pela importancia que tem este documento.

Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves, e Sua Magestade El-Rei dos Paises Baixos, tendo julgado conveniente pôr termo ás duvidas existentes relativamente aos limites das possessões portuguezas e neerlandezas no archipelago de Timor e Solor, e querendo prevenir para sempre qualquer desintelligencia que poderiam provocar limites mal definidos, e encravações muito multiplicadas, reuniram a fim de virem a um accordo de seus plenos poderes a saber: Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves, o Sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, Cavalleiro da antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Merito de S. Bento de Aviz, gran-cruz da Ordem de Leopoldo da Belgica e da de Carlos III de Espanha, do Concelho de Sua Mages-

tade Fidelissima, vogal do Concelho Ultramarino, Capitam de Engenharia, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, e Sua Magestade El-Rei dos Paises Baixos e Sr. Mauricio João Luiz Jacques Antonio Henriques Hetoerrier, Cavalleiro da Ordem da Coroa de Carvalho, e da Legião de Honra, encarregado de negocios dos Paises Baixos junto do Governo de Sua Magestade Fidelissima. Os quaes depois de se terem comunicado os ditos plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram em concluir um tratado de demarcação e troca, contendo os artigos seguintes:

Artigo 1.° Os limites entre as possessões portuguezas e neerlandezas na ilha de Timor serão ao sul as fronteiras que separam Cova de Juanibo e as que separam Suai de Lakécune.

Entre estes dois pontos, os limites das duas possessões são os mesmos que os dos estados limitrophes portuguezes e neerlandezes.

Estes estados são os seguintes:

Estados limitrophes debaixo do dominio de Portugal:	Estados limitrophes debaixo do dominio da Neerlandia:
Cova.	Juanibo.
Balibó.	Silarrang.
Lamakitu.	Fialarang (Fialara).
Tafakay ou Takay.	Lamaksanuto.
Talumea.	Lamakanée.
Lankeu.	Noilimu (Nartimu).
Dacalo.	Mandeu.
Tamiru Entankang (Enlaleng)	Dirma.
Suai.	Lakécune.

Artigo 2.° A Neerlandia reconhece a soberania de Portugal sobre todos os estados situados a leste dos limites por esta fórma circunscriptos á excepção do estado neerlandez de Mancatar, ou Colunine (Coluninene), que se acha encravado nos estados portuguezes de Lamakitu, de Fanterine, de Follofait (Follofain) e de Suar.

Portugal reconhece a soberania da Neerlandia sobre todos os

estados situados a oeste d'estes limites á excepção da encravação de Oikanssi, que continua a ser portuguez.

Artigo 3.° A encravação de Oikanssi comprehende o estado de Ambenu em toda a parte onde está arvorada a bandeira portugueza, o estado de Oikanssi propriamente dito e o de Noimuti.

Os limites desta encravação são as fronteiras entre Ambenu e Amfrang ao oeste de Insana e Reboki (Biloki), comprehendendo Cisala a leste e Sannbait, comprehendendo Amakane e Tunebala (Timebala).

Artigo 4.° Na ilha de Timor reconhece Portugal consequentemente a soberania da Neerlandia sobre os estados de Amrassi, de Bibico (Traynico Wainiko), de Buboque (Ruboki), de Dirima (Dirina), de Fialara (Fialarange), de Lamacamée, de Nira (Lidak), de Juanito, de Mena, e de Fulgarite ou Folgarita (dependencias do estado de Harmens).

Artigo 5.° A Neerlandia cede a Portugal o reino de Moubara (Maubara) e a parte de Ambenu ou Ambeno (Sutrana), que ha muitos annos tem arvorado a bandeira portuguesa.

Logo que a troca das Ratificações deste tratado, por Suas Magestades El-Rei de Portugal e El-Rei dos Paises Baixos, se tiver verificado, o governo dos Paises Baixos expedirá ordem á auctoridade superior das Indias neerlandezas para entregar o reino de Moubara (Maubara) á auctoridade superior portugueza de Timor-Dilly.

Artigo 6.° A Neerlandia desiste de toda e qualquer pretenção sobre a ilha de Kambing (Pulo Kambing), ao norte de Dilly, e reconhece a soberania de Portugal sobre esta ilha.

Artigo 7.° Portugal cede á Neerlandia as possessões seguintes:

Na ilha de Flores, os estados de Larantuca, Secca e Paga, com as suas dependencias; na ilha de Adenara, o estado de Wouré; na ilha de Salôr, o estado de Pamangkaju.

Portugal desiste de todas as pretenções que poderia talvez fazer valer, sobre outros estados ou logares, situados nas supramencionadas ilhas, ou nas de Loniblen, de Pantar e de Ambay, quer estes estados uzem da bandeira portugueza quer neerlandeza.

Artigo 8.º Em virtude das disposições do artigo precedente, a Neerlandia entra na posse plena e invisivel de todas as ilhas situadas ao norte de Timor, a saber:

As de Flores, de Adenara, de Salôr, de Lombling, de Pantar, (Quantar), de Ambay, com as pequeninas ilhas adjacentes, pertencentes ao archipelago de Salôr.

Artigo 9.º Em compensação do que Portugal poderia perder com a troca das respectivas supra-mencionadas possessões, o Governo dos Paises Baixos:

1.º Dará ao Governo Portuguez quitação completa da somma de 80.000 florins emprestada em 1851 ao Governo das possessões portuguezas no archipelago de Timor, pelo Governo das Indias Neerlandezas.

2.º Entregará alem disso, ao Governo Portuguez a somma de 120.000 florins dos Paizes Baixos.

Esta somma será paga um mez depois da troca das Ratificações do presente tratado.

Artigo 10.º A liberdade dos cultos é garantida por uma e outra parte aos habitantes dos territórios trocados.

Artigo 11.º O presente tratado, que será submettido á sancção em virtude do presente tratado do poder legislativo, na conformidade das regras prescriptas pelas leis fundamentaes em vigor, nos reinos de Portugal e dos Paises Baixos, será ratificado, e as ratificações serão trocadas em Lisboa dentro do prazo de oito mezes a datar da sua assignatura, ou antes, se fôr possivel.

Em fé do que os plenipotenciarios respectivos assignaram o presente tratado, e o sellaram com o sêllo das suas armas.

Feito em Lisboa aos 20 de Abril de 1859. — *Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello* — (L S) — *M. Hetoerrier* — (L S).

E sendo-me presente o sobredito tratado, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elle se contem, e tendo sido approvado pelas côrtes geraes, e ouvido o Conselho d'estado, o ratifico e confirmo, assim como em cada uma das suas clausulas e estipulações, e pelo prezente o dou por firme e valido para haver de produzir o seu devido effeito, promet-

tendo observal-o e cumpril-o inviolavelmente, e fazel-o cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do referido, fiz passar a prezente carta por mim assignada, passada com o sêllo grande das minhas armas, e refrendada pelo Conselheiro d'estado ministro e Secretario d'estado abaixo assinado. Dada no palacio de Cintra aos 18 de Agosto do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1860. El-Rei (com rubrica e guarda), *Antonio José d'Avilla*.

O Encarregado do Governo vio-se então n'um grande embaraço a respeito da entrega do reino de Maubara, porquanto não tendo o govêrno portuguez recebido officialmente o Tratado, não podia em rigor dar execução a uma parte d'elle, embora essa parte fosse de interesse para Portugal. Mas não tomando entrega d'aquelle reino, arriscava-se o Governo portuguez a perdel-o, porquanto havia alli um partido que não era hostil e que o commandante de Atapupo depois de dois mezes de trabalho tinha podido levar a que aceitassem a bandeira portugueza. Em vista desta consideração e da declaração do commandante que dizia que se quizessem receber recebessem, quando elle ia arrear a bandeira hollandeza e nada mais tinha a fazer, pois a sua comissão estava concluida, o Encarregado do Governo reunio um Conselho dos principais empregados aos quaes expoz o cazo, consultando-os sobre o que pensavam a tal respeito, ao que todos declararam que se tomasse entrega de Maubara.

Nomeou-se para essa commissão o Alferes João de Mello Correia, qual em prezença dos reis d'ali e povo arvorou a bandeira portugueza depois de ser arreada pelo commandante de Atapupo a hollandeza.

De tudo se lavrou um termo assignado pelas authoridades portuguezas e hollandezas, varios empregados e reis, e datas de Monbara o qual ficou archivado na Secretaria do Governo.

Poucos dias depois deste acontecimento, dia 5 de Abril, pela uma hora da noite, deu fundo no porto o vapor de mala conduzindo a seu bordo o Governador, o qual desembarcou no dia 6 pelas 9 horas da manhã.

Pessima era a situação que elle vinha encontrar e medindo-a bem começou logo a applicar todos os meios para lhe dar mais favoravel aspecto.

O Major Duarte Leão Cabreira foi logo nomeado commandante dos arraiaes ao leste que deviam reunir-se em Manatuto para onde partio aquelle official no dia 9 levando novas ordens do Governador para os reinos apressarem a formação dos arraiaes.

Para poente fez o Governador partir o Alferes Thomas Lobato Pereira afim de reunir os arraiaes e atacar Ulméra.

No estado em que estavam as coizas as forças da Praça não podiam fazer movimentos, pois se se voltassem para um lado podia Dilly ser atacado pelo outro, e por isso o Governador, longe de emprehender operações com a guarnição da Praça, tractou de segurar esta, mandando levantar novos postos, e tornando mais activo o serviço e mais vigilantes os seus deffensores.

Os revoltosos de Lacló não se tinham limitado a fortificar-se na sua povoação para resistir aos ataques da Praça, a mais alto miravam elles, pois avançando sobre Dilly, vieram estabellecer os seus postos avançados em Fatuac d'onde combinadas com Ulméra e appoiadas pelos reinos que tinham promettido adherir a rebellião, elles projectavam atacar a Praça que esperavam tomar e incendiar.

Até hoje não tem sido possivel descobrir o que deu origem á rebelião e apesar de haver opinião que a atribuam a exasperação dos povos pelo rigor e aspereza que o Major Cabreira desenvolveu no Governo, não pode admitir-se tal explicação analysadas as coisas com imparcialidade, pois os factos de que fôra accusado o Major Cabreira são alguns d'elles muito contravertidos, e assim a explicação que parece mais racional é que os reinos que com mais impaciencia soffreram o jugo portuguez e entre os quais se distinguiu sempre Lacló, julgavam chegado o momento de sacudir esse jugo, approveitando a occasião de um Governo interino que alguns chefes sabiam ter algumas antipathias. O estado de fraqueza a que nós achavamos reduzidos animou os Timores a rebelarem-se, mas homens rudes e selvagens não combinaram bem o plano e a revolta em vez de apparecer em toda a parte manifestou-se apenas em Lacló e Ul-

méra, que se alcançassem triumphos sobre a Praça seriam seguidos por todos os reinos, mas que não as tendo alcançado foram abandonadas.

Que o plano éra vasto no pode duvidar-se em vista da demora que houve em formar os arraiaes, das evasivas dos reis, da linguagem de alguns, da indifferença n'outros e da sua vontade em quasi todos.

Como dissemos os rebeldes tinham vindo fazer postos em Fatuac d'onde desciam de noite a incomodar os defensores da Praça pondo tudo em alarme.

O Governador resolveu acabar com este estado de sobresalto; fazendo marchar uma columna sobre Hera no dia 22 de Abril composta de fondús, um destacamento do Batalhão e 200 moradores, o qual subio Fatuac sem resistencia, destruindo os postos abandonados, e marchando sobre a Hera onde apenas soffreu alguns tiros, entrando logo na povoação que reduzio a cinzas.

Uma força dos contingentes de Caimank e Farlacar que devia atacar a Hera pelo lado das montanhas não appareceu apresentando-se no outro dia o mestre de campo de Caimank dizendo que aquellas forças não tinham descido por não terem ouvido fogo em Fatuai, e que a gente da Hera se tinha retirado a Caimank.

No dia 25 de Abril apresentou-se o Regente de Hera, o qual ficou retido na praça.

Apezar d'aquella expedição a Hera, a Praça continuava a ser inquietada de noite pelos *mene* (ladrões e assassinos que se mettem por entre as forças contrarias para roubar e cortas cabeças). Em Manatuto o arraial não engrossava, compondo-se apenas da gente de Veimasse e de Manatuto, na qual longe de haver confiança havia todo o motivo para dela duvidar, pois se sabia que Manatuto tinha adherido ao plano de rebellião, e a todo o momento recebia o Major Cabreira denuncias de que aquelle reino se ia rebelar. O Major Cabreira esperava cheio de coragem os acontecimentos, trabalhando sem descanço para trazer os reinos indiferentes ao partido real e para conservar Manatuto na obediencia, já intrigando uns reinos com outros, já promettendo dinheiro, já promettendo terras, des-

pensa de finta e já amedrontando-os, mas resolvido a arrazar a povoação de Manatuto e a fazer voar o paiol quando se visse em situação inteiramente desesperada.

No poente as coisas não offereceram melhor aspecto. O Alferes Thomás e o Rei de Liquiça tinham conseguido reunir um grande arraial, mas entre as forças que a compunham reinava a maior desconfiança, suspeitando Lequiça de traições nos contingentes dos reinos que compunham o arraial, suspeitas que quasi se converteram em certeza quando depois de um ataque dado contra Maumeta em que as forças não operaram de accordo a maior parte dos contingentes fugiram a Manbara levantou uma questão com Liquiça por causa da morte de um homem.

Nesta anciedade, nesta incerteza, nestes trabalhos, nestas negociações politicas para dicidir os reinos indifferentes pelo partido Real se passou todo o mez de Abril e parte do de Maio, sendo nesta epocha que a Rainha de Mothael falleceu, o que veio complicar um pouco a situação, fazendo que alguns seus parentes, que estavam indifferentes, se lançassem na Revolta sendo entre outros o celebre Letorai por se persuadir que a Praça tinha lançado mão da herança da Rainha que lhe pertencia.

Pelo meado deste mez de Maio o Governador entendeu que era preciso praticar alguma acção que désse á Praça a força moral, que ia perdendo pela demora na formação dos arraiaes, e para isto decidiu mandar uma columna fazer um desembarque em Metinare, destruir os postos que ali haviam levantado os rebeldes, retirando metade da força para a praça e dirigindo a outra metade sobre Manatuto para reforçar o arraial que ali se formava e começar as operações contra Laclé.

Havia porem uma defficuldade para realizar este plano qual éra a falta de barcos. Achava-se a este tempo no porto a escuna cliper do Capitam Echangur o qual sabendo as difficuldades com que o Governador lutava offereceu generosamente a sua Escuna para qualquer serviço. Aproveitou o Governador o offerecimento e foi logo organizada uma columna composta de 70 moradores, 15 fondús e 20 sotiados, a qual debaixo do commando do Alferes José

Pedro de Mello Xavier embarcou pela tarde do dia 13 de Maio devendo a esquadrilha composta da escuna St.° Antonio, Lancha e uma corcova levantar ferro no dia immediato e navegar para Mitinaro. No outro dia fizeram-se com effeito de vela todas as embarcações, mas infelizmente ao sahir da barra bateu a escuna sobre o banco de coral de Carqueto, soffrendo avaria no cadasto e no leme.

Desembarcou a expedição, e ainda que a avaria da escuna fosse em poucos dias reparada e o Capitam se prestasse a fazer o mesmo serviço teve o Governador que desistir da empreza porque os moradores cheios de superstições recusavam-se a embarcar dizendo que lhe aconteceria desastre.

Parece que os rebeldes tinham sido avisados de que sahiam forças da Praça porque na noite de 14 de Maio apparecia uma partida nos salgueiros. Poz-se a guarnição em armas e na madrugada seguinte sahio uma columna á descoberta dos salgueiros, onde não encontrou ninguem.

Para appoiar o desembarque tinha Caimank e Falacar uma companhia de Dailor que se achava em Baliba recebido ordem para marchar sobre Matinaro e atacar logo que rompesse o fogo do mar, e a esta força quiz o Regente da Hera juntar-se pedindo licença para sair da Praça e ir reunir a sua gente, licença que lhe foi concedida.

Malograda a expedição receberam aquellas forças aviso para retrocederem, o que fizeram não sem ter Dailor uma refrega na qual perdeu um homem ao qual o inimigo levou a cabeça.

Os arraiaes do poente tinham-se dispersado e quasi não havia esperança dos reinos, em Manatuto só se temião traições e apenas se havia dado um ataque sem a menor vantagem. Ali toda a esperança se fundava nos arraiaes da banda de fora que se não chegavam por mais deligencias que se houvessem empregado para decidir D. Bernardo Rei de Samora a marchar com a sua gente. Da manga de Caimant, Failacar Turiscaem, e Daclor ninguem sabia, correndo noticias que Caimank estava revoltado.

Para saber deste estado mandou o Governador o Alferes Francisco Gorges Casado para Lequiça, a fim de reunir os arraiaes a qual

depois de muito trabalho só conseguio promessas, que aquelle alferes accreditou e julgando-se forte para emprehender operações mandou pedir ao Governador um morteiro, que lhe foi mandado com 15 fondús e 15 soldados do Batalhão commandadas pelo Alferes Xavier.

Partiu esta força para Liquiça no dia 4 de Junho e até 15 do mesmo conservaram-se as coisas no mesmo estado.

Neste dia porem recebeu o Governo noticia de um desastre que haviamos soffrido em frente de Maumeta.

O arraial composto de Liquiça e parte de Boiban, e força da Praça fazendo ao todo 400 homens partio de Liquiça para Maumeta no dia 13 de Junho e ali acampou. No dia 14 devididas as mangas foram lançadas duas bombas sobre as povoações as quaes não cahiram dentro e logo em seguida sem esperar mais nada o alferes Xavier avança com os seus trinta homens ás trincheiras que respondem com uma chuva de ballas ao ataque. Cae um fondú morto e trez de Liquiçá feridos e vendo o alferes que não era seguido pelo arraial, retira.

Foi o signal da debandada, animando-se então o inimigo a sahir das trincheiras e a correr sobre os nossos que levou de batida até perto de Liquiçá. O morteiro e as bombas salvaram-se a custo. O efeito d'aquelle desastre foi terrivel, fazendo-nos perder a força moral em todo o poente e occasionando a dispersão desse pequeno arraial que havia. Receou-se que Liquiçá fosse atacado pelos rebeldes e que pagasse caro a sua fidelidade, e para evitar isto o Governador longe de mandar retirar a força da Praça que ali se achava, mandou quarenta moradores para deffenderem Liquiçá.

A este tempo, Caimank, que se julgava revoltado e de que ninguem dava certas noticias, trabalhava para reunir a si as forças de Turiscaem e com ellas e as de Failacor formavam uma manga de que era Commandante o Rei de Caimank e cahindo sobre os postos de Mateiraro obrigava os rebeldes a abandoná-los. Hum dia pois em que menos se esperava apparece na Praça o mestre do Campo de Caimank dando parte d'aquelles successos e pedindo que o Governo mandasse officiaes de moradores verifica-los. Ordens foram dadas

á Companhia de Dailor para que reunisse a Caimank e dez moradores com um official foram mandados examinar o que haviamos ter effeito posteriores noticias confirmavam-a.

Era este o estado das coizas, quando no dia 22 de Junho se fez signal de que um vapor apparecia a leste e d'ahi a pouco fundeava no posto a fragata a vapor hollandeza Cidadella d'Anvers. Hum official veio a terra cumprimentar o Governador, e entregar-lhe um officio do Governador das Molucas em resposta a um que o Governador de Timor lhe havia dirigido pelo Capitam Echangier no qual pintando-lhe o estado das coisas e dizendo-lhe as forças de que dispunha o avisou de que lhe pederia um auxilio de tropas. O Governador das Molucas pela pintura que o Capitam Echangeir havia feito julgou o estado das coisas peor do que éra, e mandou a fragata para prestar os auxilios que fossem necessarios dizendo que não podiam dispor das forças de terra.

A presença da fragata foi util, porque deu força moral ao Governo e impoz aos reinos indifferentes, que sabendo-o conheceram que a Praça não se achava abandonada e tinha alliadas poderosas.

A fragata partio 3 dias depois de ter entrado, por não se julgar necessaria a sua demora e navegou para Manatuto onde appareceu no dia 20 deitando em terra o patrão-mór.

A vista da fragata em Manatuto foi de uma grande vantagem impondo a Manatuto e contendo aquelle reino pelo receio de um bombardeamento sobre a povoação.

Repetidas ordens tinham sido mandadas a D. Bernardo, rei de Samoro, para marchar para Manatuto com o arraial de banda de fora até que no dia 29 chegou a Manatuto Samoro, Allas e Doter em força de 500 homens e com aquelle reforço elevou-se o arraial de leste á força de perto de 2.000 homens. Mas n'aquelle arraial havia uma decidida tendencia para nos atraiçoar e as operações contra Locló eram poucas, tendo nós em pequenos ataques tão insignificantes vantagens que o estado das coisas não oferecia melhor aspecto que no começo.

Frustada as esperanças que se fundavam sobre o arraial de banda de fora, voltaram-se todas as vistas para a manga de Cai-

mank, que tendo a pouco e pouco engrossado passou a ser considerado como arraial denominado do centro.

Ao poente nada se tentava e depois da sahida da fragata, noticias as mais alarmantes correram na Praça, filhas da imaginação escandecida do Alferes Xavier que participava haver em Maubara um arraial de 13 mil homens que se preparava a marchar sobre a Praça. O Alferes Caiado que tinha vindo a Dilly, juncto com o resto da força do Batalhão que estava em Liquiçá, partio logo para alli a fim de informar do que havia, levando ao mesmo tempo ordem para fazer retirar a força de moradores e fondús que se achava em Liquiçá, cazo que as noticias de Maubara não fossem verdadeiras e Liquiçá não corresse perigo.

Aquelle official era portador de officios para todos os reinos do poente, a fim de reunirem as suas forças e com ellas marcharem para Tibar, onde esperariam ordem do Governo para começarem as operações.

Não se tendo confirmado as noticias dadas pelo Alferes Xavier e não correndo risco Liquiçá que os rebeldes tentavam atacar no dia 17 de Julho, mas d'onde foram corridos, mandou o Alferes Caiado retirar a força da Praça, a qual chegou aqui no dia 20.

A este tempo, a columna de Caimank havia escalado varias povoações e obrigado o inimigo a acolher-se ás montanhas do Libano, que aquella columna se preparava a atacar. O Governo começou então a olhar com mais seriedade para este arraial de Caimank, e municiando-o completamente, reforçando-o com um destacamento de moradores e nomeando o Alferes Xavier para andar juncto com elle deu ordem aos reis para reunirem a maior força possivel e avançarem contra o Libano.

Com effeito o arraial em força de 700 homens avançou contra Fatucona e Fatucoina que eram a chave de Lacló e depois de varios ataques assaltou no dia 8 de Agosto aquellas povoações saqueando-as e incendiando-as.

Era a pronunciosa vantagm decisiva que o partido Real alcançava, e a noticia foi recebida na Praça com muito contentamento e tendo sido bem provido de polvora e balla o araial e reforçado com

uma companhia de 50 moradores recebeu ordem para dirigir-se sobre Lacló, e d'accordo com o arraial de leste atacar aquella povoação.

No dia 23 poz-se aquelle arraial em marcha do Libano sobre Lacló e tendo sofrido algum fogo estabelleceu campo em Quielan proximo a Lacló. No dia 24 atacou levando os rebeldes as trincheiras que não pode assaltar por não ter o arraial de Manatuto atacado ao mesmo tempo.

Mas o inimigo tinha sido mui mal tratado n'aquelle combate e amedrontado pelos estragos que soffera e pela presença dos 2 arraiaes, pois o de Manatuto tinha se mostrado quando o de Caimank retirava, resolveu abandonar a povoação o que fez na noute de 24. No dia 25 pela madrugada estava o Major Cabreira com o seu arraial sobre Lacló e rompia o fogo quando de dentro da povoação sahio o Coronel Regente D. Ventura com bandeira branca participando o achar-se a povoação abandonada.

Entrou logo o Major Cabreira com a gente que tinha ao pé de si e começou a incendiar a povoação. O arraial precipitou-se dentro de Lacló entregando-se ao saque no qual veio tomar parte o arraial do centro que correu para a povoação logo que vio fumo do incendio.

No dia 26 recebeu-se com a maior alegria noticias tão importantes na Praça, sendo aquelle sucesso annunciado á população de Dilly com uma salva.

Demoraram-se ainda os arraiaes alguns dias em Lacló para limparem o paiz e recolheram os muitos centos de bufalos e cavallos que apanharam, retirando-se o arraial de leste para Manatuto a fim de se apromptar para vir á Praça reunindo o contingente de Labra que recebera ordem para dar 200 homens, sob pena de ser escalada. No dia 12 de Setembro fez o arraial de Caimank a sua entrada na Praça acompanhando os ossos do infeliz portuguez Oliveira que os Laclós haviam massacrado, os quais foram dados á sepultura com toda a pompa no dia 11.

No dia 12 teve logar a denominada festa das cabeças, que é a distribuição de premios aos bravos que cortavam cabeças ao inimigo,

e que elles apresentavam ao Governador na occasião de receber o premio.

A natureza do trabalho de que nos occupamos não comporta a descripção desta festa, que nesta occasião foi feita com toda a pompa, tendo-se levantado um arco de triumpho para o arraial passar por debaixo delle.

No dia 14 o arraial de leste chegou á Praça e no dia 16 fez a sua entrada triumfal para a festa das cabeças.

Achando-se reunidas as forças resolveu o Governador pol-as em campo contra Ulmera, mas depois de uma campanha que havia durado seis mezes mostraram-se os reis com pouca vontade de emprehender outra que podia durar muito tempo. Para vencer esta má vontade decidio o Governador pôr-se á testa dos arraiaes e dirigir elle a operação. Logo que esta resolução foi conhecida dos reis, acabou a má vontade e todos a uma voz disseram que elles estavam promptos a marchar, mas entre os moradores, a resolução do Governador foi recebida com espanto, observando que nunca os Governadores tinham commandado arraiaes e que as companhias da Praça não tinhão bastante força para fazerem sombra ao Governador; porem não se atreveram a fazer as suas objecções á authoridade, e logo que receberam ordem para apromptar 230 homens, de nada mais trataram senão de fazer os seus preparativos de marcha.

No dia 18 de Setembro pela manhã o arraial, na força de 1300 homens, sahio da Praça em direcção a Tibar onde acampou, e pela tarde o Governador com uma guarda de 20 soldados do Batalhão e 12 fondus seguio a mesma direcção.

Dias antes havia sahido da praça, para ir reunir os arraiaes do poente, o Alferes Francisco Borges Caiado com o Alferes Thomás Lobato Pereira, os quais logo que tivessem reunido as forças deviam por-se em communicação com o arraial, commandado pelo Governador e operar segundo as ordem delle.

Até o dia 20 á noite nenhumas noticias se receberam na Praça á cerca do arraial, mas nesta data, pelas oito horas da noite, entravam no porto 2 beiras conduzindo mortos, o que causou grande sensação

entre os Timores que entendem que se pode fazer guerra sem morrer uma só pessoa.

Pouco depois chegaram participações do Governador dizendo que tendo sido informado de que perto de Tibar havião povoações rebeldes que podiam cortar as communicações ao arraial mandára o Capitam Lobato com 300 homens atacar aquellas povoações, Faitu e Moussan; que o ataque de a Fatitu havia sido mal sucedido retirando o Capitam Lobato sendo perseguido.

Aquelle desastre, ainda que não valia nada em si mesmo, no começo da campanha foi de um péssimo effeito desanimando consideravelmente o arraial, que o Governador fez avançar para Atu no dia 21 com alguma repugnancia da parte de alguns chefes.

Para não interrompermos a narração começada seguiremos o arraial nas suas operações.

Em Tibar, tinha ficado uma força de cem homens com ordem de entrincheirar-se ahi, a fim de assegurar as comunicações, mas na noite de 21, essa força amedrontada pela caqueada que ouvio na montanha, fugio para Atu. No dia 22 pela manhã, as montanhas de leste de Atu appareceram coroadas de inimigos, as quaes romperam fogo contra o arraial. Duas columnas que o Governador mandou avançar pozeram o inimigo em debandada.

No dia 23, oitenta homens de Caimank e Failacar chegaram ao acampamento a salvo. No dia 24 levantou o campo de Tibar e marchou o arraial para Aspello, onde no dia 25 se lhe juntou o arraial de Liquiçá, em força de 300 homens.

Só então o Governador se poz em comunicação com o Alferes Caiado, o qual não tinha reunido mais de 200 homens em Liquiçá, com os quais marchou para Fálumasse, onde a sua força engrossou logo que constou que o Governador estava em campanha, elevando-se a mais de mil homens.

No dia 26 ordenou o Governador um reconhecimento em forma a Fatupró, ficando elle com a reserva, moradores, fondus e guarda de Bat.ᵐ em Aipello para conter o Pico e Maumeta e avançando os contingentes dos reinos em 3 colunas a reconhecer as posições. O

Alferes Caiado havia recebido ordem para atacar no mesmo dia a fim de obrigar o inimigo a uma diversão de forças.

A columna da esquerda avançou sem difficuldade e escalou 3 povoações, mas a do centro encontrando forte resistência nos postos que deffendiam Fatupró, accovardou-se e parecia querer retirar. O commandante pediu então descanso, sendo-lhe logo enviados os fondús e 120 moradores, mas a esse tempo a columna da direita havia avançado e batendo os postos pela retaguarda obrigou o inimigo a abandonal-os e ganhando as montanhas escalou quatro povoações. Ao mesmo tempo o Alferes Caiado atacava e escalava uma povoação ameaçando Fatupró pela retaguarda.

Ao descahir da tarde todas as forças entraram no acampamento para no outro dia atacarem Fatupró.

O inimigo ficara cheio de terror e receando ser encerrado em Fatupró na noite de 26 abandonou a posição que foi entrada pelo arraial e logo reduzida a povoação a cinzas na manhã de 27.

A campanha podia dizer-se terminada restando só perseguir o inimigo e nessa tarde resolveu-se voltar o Governador com a reserva para a Praça terminando o arraial a campanha debaixo do Commando do Capitam Lobato.

No dia 22 avançou com effeito o arraial contra Barleto que escalou voltando o Governador para a Praça com parte da reserva onde chegou do dia 29, sendo recebido em triumpho pela população de Dilly.

Escalado o Barleto no dia 28, avançou no dia 29 o arraial contra Malohon povoação que era ameaçada pela columna do Alferes Caiado e pela do Alferes Thomás, que então se elevavão em força de mil homens cada uma. Tinha rompido o fogo e estava prestes a cahir em nosso poder o ultimo refugio do rebelde quando uma bandeira branca é arvorada na povoação e d'ali se grita que o Chefe queria entregar-se.

Cessou o fogo e algumas mulheres se apresentão ao Commandante do arraial como parlamentarias, qualidade que o Commandante não quis reconhecer-lhes dizendo que só com o Chefe tractaria. No dia 30 pela manhã apresentou-se elle (Bermeta) cobrindo-se

com a bandeira depois de a ter beijado. Nesse mesmo dia o Commandante com todo o arraial volta para a praça a apresentar o Chefe.

No dia 30 recebeu o Governador, no largo de Dilly, o arraial, fazendo ir á sua prezença o Bermeta, que rojando-se-lhe aos pés, implorou perdão, atribuindo á sua estupidez o que havia feito. Fez-lhe o Governador uma longa pratica condenando Ulmera em duas mil rupias e o chefe a prisão no calabouço do quartel, para onde foi logo transferido.

O arraial tinha ordem para escalar Foitem quando acabasse com Ulmera, mas a precipitação do Capitam Lobato fez que aquelle ataque não se verificasse, pois vendo o Governador que o arraial se achava immensamente reduzido annuio a representação de que os reis lhe fizeram de que era contra os estylos Timores castigar pequenas povoações depois que o rei se apresenta e que o reino é multado.

As columnas dos Alferes Caiado e Thomás conservaram-se nas suas posições esperando ordem do Governo, e a estas columnas foi determinado que, com a força de Liquiçá, escalassem Piço Maumeta que tendo arvorado bandeira branca não haviam mandado aos seus principais receber o castigo.

Marchou o rei de Liquiçá com a sua gente com direcção ao Piço, mas a esse tempo os principaes d'aquelle successo entabolavam negociações com o Alferes Caiado e vinham para a Praça apresentar-se ao Governador.

Liquiçá que ha longos annos guerreia com o Piço, pretendia aproveitar a occasião para vingar-se e, despresando a tregua concluida com o Alferes Caiado, prendeu os emissarios de Maumeta e preparava-se a atacar aquella povoação.

A poder de determinantes ordens do Governador, conseguio-se que Liquiçá desistisse do seu intento, voltando as forças d'aquelle reino para a Praça junctos com a parte das columnas dos alferes Caiado e Thomaz, para a festa das cabeças, que teve logar no dia 12 de Outubro e que poz completamente fim á guerra.

A revolta estava aniquilada, mas o principal Chefe o author oculto d'ella não estava preso e dispondo elle de Barique e Luca, reinos Governados um por seu filho e outro por um seu sobrinho, era

possivel que novas lutas houvessemos de sustentar, e noticias vagas que Barique se fortificava confirmavam aquela desconfiança.

O Governo, praticando um acto de rigor, podia provocar a revolta d'aquelles reinos e por isso nada fez em rellação a elles demittindo apenas D. Francisco dos Reis e Cunha do lugar de mestre de Campo da provincia afim de tirar-lhe a influencia que elle podesse ter nos reinos e, por intermedio de particulares, fez constar a Barique e Luca que aquelles reinos seriam perdoados pagando uma condemnação o que os dois reis aceitaram dando-se por felizes. Só então a authoridade appareceu impondo a condemnação e chamando os reis á Praça.

Os receios de novas rebeliões desvaneceram-se então completamente e todo o paiz entrou nas condições normaes, tornando-se assim possivel a eleição do deputado que havia sido adiada em consequencia da revolta.

Foi o dia 24 de Novembro o destinado para a reunião das assembleias eleitoraes afim de procederem á eleição que nas cinco assembleas, em que o Circulo foi dividido, correu regular e tranquilamente, procedendo-se ao apuramento no dia 1.º de Dezembro o que deu em resultado o seguinte

Numero real dos votantes	504
Numeros de votos	494
Listas brancas	10
Maioria absoluta do numero real dos votantes	253
Cidadão bacharel Henrique de Castro obteve	355
Luiz Augusto d'Almeida Macedo	22
Manoel de Saldanha da Gama	57

Sendo portanto proclamado deputado eleito pelo circulo de Timor o cidadão bacharel Henrique de Castro seguindo-se ao acto da proclamação um Te-Deum.

Durante o mez de Novembro a principal occupação do Governo foi reunir gente para os trabalhos que se achavam interrompidos em consequencia da guerra aproveitando-se do prestigio que os ultimos

successos lhe tinham dado e da impressão do terror debaixo do qual se achavam todas as ruinas, para se fazer obedecer promptamente. E com effeito a Praça tinha adquirido tal força moral que dos reinos que mais remissos tem sido em cumprir as ordens do Governo se mandaram auxiliares e trabalhadores.

Deste modo as obras foram tomando desenvolvimento achando-se a cadêa quasi concluida.

Na residencia de Laano nunca havia cessado o trabalho apezar da guerra e com a pouca gente que havia pôde conseguir-se o concluir as obras principaes de modo que no mez de Outubro já o Governador pôde fazer benzer a nova Residência indo ali pernoitar.

O ano de 1861 que tão mal começara acabou pois gozando-se socego em todas as partes da Possessão, acabou achando-se dominio portuguez fortemente estabellecido, a Praça com todo o seu prestigio, os reinos obedientes e empenhados em executar as determinações superiores, a cultura do café objecto que o Governador não descuidou mesmo durante a crize, em andamento, pois todos os reis a quem se destribuiu semente no fim da guerra a lançaram á terra e preparavam os terrenos para as plantações.

Á tempestade que ameaçou submergir-nos succede a mais completa bonança; aos dias tenebrozos succedem dias de um sol Claro e radiante e ao tufão das revoltas que estanca as fontes da riqueza publica, que paraliza o commercio e faz cessar todos os melhoramentos succede a tranquilidade publica que tudo vivifica e sem a qual os progressos de um paiz são impossiveis.

O anno de 1862 abre-se pois debaixo dos mais favoraveis auspicios. E é ao expirar o anno de 1861 que se recebe a noticia da vinda para Timor de um grande contingente de tropas, primeira necessidade desta Possessão, porquanto logo que aqui haja um bom corpo de tropa regular as rebeliões dos reinos serão impossiveis, ou se rebentarem acabarão logo porque tudo está em dar um golpe prompto e decisivo o que só se pode fazer com soldados de fóra do paiz.

Assim do estado da mizeria a que este paiz se acha reduzido

pode elle ser arrancado havendo vontade e perseverança e não escasseando os meios.

Timor tem recursos, mas é preciso approveital-os, e se Portugal fizer um esforço o futuro desta Possessão será lisonjeiro.

Até hoje Timor não tem sido para Portugal senão um pezado encargo, e sel-o-ha ainda por alguns annos, pois elevando-se a despeza da Possessão a 102.545.56 a sua receita é apenas de 31.558.89 e não só Portugal cobre este deficit como tem ainda que fornecer o pessoal para a administração de Timor, pessoal que a insalubridade do clima desanima.

Mas o deficit desaparecerá com o desenvolvimento commercial e agricola de que o paiz é susceptivel e a insalubridade do clima diminuirá com os melhoramentos que a civilização hade introduzir.

Não desesperemos do futuro que poderá vir a ser lisongeiro, e ao fechar os annaes do anno de 1851 que tantos males trouxe a este paiz desencadeando sobre elle os horrores da guerra e as mizerias de uma grande carestia, confiemos no anno de 1862 que se abre debaixo dos mais favoráveis auspicios e que esperamos em Deus será um anno de prosperidades para Timor.

Praça e Villa de Dilly em Timor, 1.º de Janeiro de 1862.

Afonso de Castro
GOVERNADOR DE TIMOR

Firmino Antonio da Veiga
PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL

José Caetano Barbosa
MAJOR DA PRAÇA POR PARTE DO MAJOR DE MORADÓRES

Francisco de Carvalho
José Joaquim Esteves
Albino Antonio Ribeiro

Lista das pessoas que governaram a Ilha de Timor desde 1701

Antes que houvessem estes Governadores nomeados pelo Governo de Portugal ou pelos reis da India, os religiosos de S. Domingos governavam esta ilha no anno 1629. *Em* 1651 *havia o Capitam-mor de Solôr, Francisco Carneiro e o de Timor, Luiz Simões.*

Antonio Coelho Guerreiro, 1701 a 1706.

Pascoal de Mesquita Pimentel, 1706 a 1709.

D. Manoel de Souto Maior, 1709 a 1712.

Manoel Faria de Almeida, 1712 a 1715.

Jacob de Moraes Sarmento, 1715 a 1719.

Francisco de Mello e Castro, 1719 a 1722. — Sucedeu-lhe o Governador interino Bispo de Malaca, que durou só n'esse mesmo anno, como se vê.

Antonio de Albuquerque Coelho, 1722 a 1725.

Antonio Moniz de Macedo, 1725 a 1728.

Pedro de Mello, 1728 a 1732.

Pedro do Rego Barreto da Gama, 1732 a 1736.

Antonio Moniz de Macedo, 1736 a 1739. — Estabellecimento de Lifás, da H. de Dilly.

Manoel Doutel de Figueiredo Sarmento, 1739 a 1742.

D. Sebastiam de Azevedo e Brito, 1742 a 1746.

Manoel Corrêa de Lacerda, 1746 a 1749. — Fallecido; sucedeu-lhe o Governo na forma de Alvará de 12 de Dezembro.

Manoel Doutel de Figueiredo Sarmento, 1751 a 1756.

Dionizio Gonsalves Rebello Galvão, 1759 a 1765. — Fallecido em Novembro. Succedeo-lhe o Governador interino.

Antonio José Telles de Menezes, 1766. — Mudança de Lifaz para Dilly em 10 de Março de 1762.

Caetano de Lemos Telles de Menezes, 1776 a 1779. — Revolta em 16 de Novembro de 1777. Enforcou trez individuos.

Lourenço de Brito Corrêa, 1779 a 1782.

Anselmo d'Almeida Soares, 1782 a 1785.

João Baptista Vieira Godinho, 1785 a 1787.

Feliciano Antonio Nogueira Lisboa, Capitam-tenente, 1788 a 1789. — Revolta em Manatuto em 1789. Foi prezo e fugio na viagem. Foi elle o auctor da revolta e um padre.

Joaquim Xavier de Morais Sarmento, Tenente-coronel de infantaria, 1789 a 1794.

João Baptista Narquiam, Capitam de mar e guerra, 1796 a 1800.

José Joaquim de Souza, idem, 1800 a 1804.

João Vicente Soares da Veiga, idem de Gôa, 1804 a 1807. — Posse em 14 de Abril.

Antonio de Mendonça Côrte Real, Tenente-coronel de infantaria, 1807 a 1810. — Posse em 14 de Abril.

Antonio Botelho Homem Bernardes Pessoa, Capitam-tenente, 1810 — Posse em 14 de Abril. Falleceu. Succedeu-lhe o Governador interino.

Victorino Freire da Cunha Gusmão, Capitam de mar e guerra, 1812 a 1815. — Posse em 7 de Março.

Jorge Pinto Alcoforado e Souza, Tenente-coronel d'artilharia, 1815 a 1819. — Posse em 22 de Maio. Fallecido. Succedeu-lhe o Governo interino.

Manoel Joaquim de Mattos e Goes, Capitam de fragata, 1821 a 1831. — Posse em 13 de Março. Fallecido. Succedeu-lhe o Governo interino.

D. Miguel da Silva Lorena, Tenente de infantaria, 1831. Posse em 16 de Abril. Fallecido.

José Maria Marques, 1.º Tenente, 1834 a 1839. — Posse em 3 de Junho.

Frederico Leão Cabreira, Tenente-coronel d'artilharia, 1839 a 1844. — Posse a 22 de Janeiro.

Julião José da Silva Vieira, Coronel d'artilharia, 1844 a 1851. — Posse em 7 de Fevereiro.

Antonio Olavo Monteiro Torres, Capitam-tenente, 1848 a 1851. — Posse em 22 de Agosto. Fallecido. Succedeu-lhe o Governo interino.

José Joaquim Lopes de Lima, Capitam de mar e guerra, 1851 a 1852. — Posse em 23 de Junho. Prezo e fallecido em Batara.

D. Manoel de Saldanha e Gama, Capitam de cavallaria, 1852 a 1856. Posse em 8 de Setembro.

Luiz Augusto d'Almeida Macedo, Tenente-Coronel do Estado Maior, 1856 a 1859.

Affonso de Castro, Capitam de infantaria, 1859 a 1863. — Posse em 8 de Setembro. Entregou o Governo em 11 de Abril de 1863. Revolta de Lorcló em 1861.

José Manoel Pereira d'Almeida, Capitam de Infantaria, 1863. — Posse em 11 de Abril de 1863.

José Eduardo da Costa Moura.

Francisco Teixeira da Silva.

João Climaco de Carvalho.

Mouzinho, Capitão d'infantaria.

Teixeira da Silva, Capitam-tenente da Armada.

Garcia, interinamente, por mezes.

Climaco de Carvalho, Capitam-tenente da Armada.

Sampaio, (interinamente por 2 anos).

Hugg Laurd, Major de cavalaria, de 30 de Agosto de 1873 a 1 de Novembro de 1876.

Ferrão, de 1 de Novembro de 1876 a 18 de Janeiro de 1878.

Alves (encarregado do Governo).

Hugg Laurd, 3 de Julho de 1878.

Augusto Cezar Cardozo de Carvalho, Capitam de fragata, tomou posse em 1 de Outubro de 1880, chegou na mesma data no vapor da mala hollandeza, trazendo mulher, D. Mariana e a filha D. Anna da Conceição. Regressou em 31 de Dezembro de 1881, com licença da Junta e entregou o governo ao major J. dos Santos Vaquinhas, em 31 de Dezembro.